



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCOUTIM

ACTA N.º3/2006

Da sessão pública ordinária da Assembleia Municipal de Alcoutim

Realizada em 30 de Junho de 2006

----- Aos trinta dias do mês de Junho do ano dois mil e seis, no Edifício da Junta de Freguesia de Martim Longo, pelas dezassete horas e trinta minutos iniciou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal, presidida pelo Dr. Abílio Marques Pires. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa procedeu de imediato à chamada, verificando-se a ausência do Vogal Sr. José Mateus Cavaco Silva, da Bancada do Partido Socialista (PS), tendo sido justificada a falta e do Vogal Sr. Jorge Manuel Revez Inácio substituído pelo Vogal Sr. Vítor Teixeira, da Bancada do Partido Social Democrata (PSD). -----

----- O Sr. Presidente da Mesa pôs à discussão a acta da sessão número 2/2006, realizada dia 28 de Abril, cujo texto foi previamente distribuído pelos Srs. Vogais. Posta a Acta à votação, a Assembleia Municipal aprovou-a por maioria, com uma abstenção do Vogal Sr. Vítor Teixeira, da Bancada do PSD, por não estar presente na reunião anterior. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa falou da correspondência recebida. Mencionou igualmente que toda a correspondência se encontra
Sessão de 30 de Junho de 2006

disponível para ser consultada pelos membros da Assembleia Municipal, caso o entendam fazer. -----

----- O Sr. Presidente da Mesa de seguida propôs à Assembleia Municipal a inclusão na ordem do dia de uma proposta de moção referente à “Lei das Finanças Locais”, apresentada pela Bancada da Coligação Democrática Unitária (CDU). Posto o assunto à votação, a Assembleia aprovou por unanimidade a inclusão da proposta de moção, no período da ordem do dia, no ponto oitavo/assuntos diversos.

----- No período de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da Mesa concedeu um período para apreciação e discussão de assuntos de interesse local, tomando da palavra o Vogal Sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, para relatar o que de mais importante se passou na reunião da Grande Área Metropolitana do Algarve (GAMAL), nomeadamente a discussão de propostas de moções apresentadas pela CDU e Bloco de Esquerda, ponto alto da reunião. Alertou a Assembleia para o eventual encerramento dos Serviços de Atendimento Permanente (SAP) dos Centros de Saúde, o que poderá influenciar mais a desertificação e o empobrecimento dos concelhos do interior, aconselhando a união das forças políticas para lutar pela manutenção de tal serviço. Finalizou mencionando, que foram também apresentadas as moções sobre a “ Ponte sobre o Rio Guadiana Alcoutim/San Lucar”, a qual foi aprovada por unanimidade e a moção das “Finanças Locais” que foi recusada com votos de maioria do PS. --

----- O Vogal Sr. Vítor Teixeira, da Bancada do PSD, interveio para congratular a iniciativa da rotatividade das Assembleias Municipais, uma vez que contribui para o bem do concelho e da população. Felicitou a Associação Inter-Vivos pelo excelente desempenho das 3 (três) equipas de Futsal (iniciados, juvenis e

seniores), em especial a equipa de juvenis por se ter consagrado Campeã do Algarve e o atleta João Albuquerque, pertencente ao Grupo Desportivo de Alcoutim (GDA), pela fabulosa participação, ao serviço da Selecção Nacional, na Regata Internacional de Decize, em França, onde alcançou uma medalha de Bronze em K1 (200mts) e 2 (duas) medalhas de ouro em K4 (200mts e 500 mts). Continuou, felicitando o Senhor Presidente da Câmara, Dr. Francisco Augusto Caimoto Amaral, pela Visita de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Aníbal António Cavaco Silva, no passado dia 29 de Maio, no âmbito do Roteiro para a inclusão. Finalizou, referindo que o Itinerário Complementar vinte sete (IC 27) veio trazer uma nova dinâmica ao concelho de Alcoutim, deixando a população mais próxima do litoral, mas que ainda falta uma via rápida que ligue a Auto-Estrada A2 (Zona de Almodôvar/Castro Verde) a Martim Longo e por sua vez à futura ponte sobre o Rio Guadiana, para o desenvolvimento de todo o concelho. -----

----- O Vogal Sr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou da palavra para congratular a recepção por parte do Presidente da Junta de Freguesia, Sr. Aníbal Guerreiro Cardeira, por ter concedido o espaço, para a realização da Assembleia Municipal. Felicitou a presença da mais alta figura do Estado, no passado dia 29 de Maio, no roteiro para a inclusão, o qual demonstra que o concelho de Alcoutim não está esquecido, mas que infelizmente não foi visitado pela riqueza mas sim pela pobreza. Finalizou, deixando uma palavra de apreço à organização e expositores da XXIII Feira de Artesanato de Alcoutim, realizada em 10 e 11 de Junho, do corrente ano. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, interveio para felicitar o Senhor Presidente da Junta, pela recepção digna e

calorosa. De seguida, referiu que não corrobora com o mencionado pelo Vogal Sr. Idalécio Jacob, relativo à visita de Sua Excelência o Sr. Presidente da República. Referindo que todos se devem honrar ao sermos visitados pelos bons exemplos do Senhor Presidente da Câmara e do actual executivo, pelas assistências que têm dado aos seus munícipes. Referiu de seguida, que a politica não é apenas um confronto de ideias e opiniões, mas sim uma conjugação de ideias e esforços, no sentido de obter a melhor resposta aos problemas do dia a dia.-----

----- O Vogal Sr. Luís Cardeira, da Bancada do PSD, usou da palavra para felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela vinda de Sua Excelência o Sr. Presidente da República a Alcoutim, que veio verificar “*In Loco*” as boas iniciativas tomadas pela Autarquia nos últimos anos, que embora criticadas a nível local, foram reconhecidas, não pela pobreza mas sim pelos bons exemplos. Deixou ainda uma palavra de apreço à Associação “A Moira” pela forma exemplar que organizou a tradicional Feira de Artesanato. -----

----- A Vogal Sr^a. Custódia André, da Bancada do PS, interveio para referir que o Vogal Sr. Abílio da Encarnação não mencionou a moção referente à “Ponte sobre o Rio Guadiana”, que foi aprovada por unanimidade, na reunião da GAMAL. Continuou referindo que em relação à Moção apresentada pela CDU (A Lei das Finanças Locais) e discutida nesta Assembleia, não se sente preparada para manifestar a sua opinião. Mencionou igualmente, que a população deve apresentar os problemas que eventualmente possam surgir para que assim os possam resolver junto do executivo e dos elementos da Assembleia, para o bem da população e do concelho, já que é essa a missão que têm. Apresentou de seguida, duas questões relacionadas com os

Rally's, nomeadamente sobre os caminhos rurais onde os mesmos passam e questionou o Sr. Presidente sobre a razão da não disponibilização de transporte à população da freguesia de Vaqueiros, na Feira de S. Pedro, no passado dia 29 de Junho. -----

----- O Presidente da Mesa, como representante da CDU, usou da palavra, para mostrar o seu contentamento relativamente às actividades que decorreram no concelho, nomeadamente a Feira de Artesanato, a Visita de Sua Excelência o Presidente da República e a acção decorrida no dia 13 de Maio, nos Balurcos relativa à construção da Ponte sobre o Rio Guadiana, acção essa importante para o desenvolvimento do concelho. De seguida, mostrou a disponibilidade da CDU, para a participação em qualquer acção, desde que sejam legais e respeitem o estado de direito. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, usou da palavra para fazer algumas observações em relação à intervenção da Sr^a. Vogal Custódia André, nomeadamente sobre o cargo que ocupa na Assembleia. Mencionou que os membros da Assembleia não são interlocutores ao ponto de recolher a informação aqui ou acolá, mas sim representantes ao ponto de apresentar propostas concretas e que se ajustem à realidade do concelho. Frisou igualmente, que o cargo que a mesma ocupa na GAMAL, foi por inerência e que os membros da Assembleia devem trazer uma mais valia para a mesma e não se devem refugiar nos “segredinhos da vizinha”. -----

----- O Vogal Sr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou novamente da palavra para referir que não entendeu o teor das afirmações do Vogal Sr. Anselmo Vicente, nomeadamente sobre a visita de Sua Excelência o Presidente da República. Frisou igualmente, que se congratula por todas as obras, apesar de poucas, executadas no

concelho de Alcoutim, nomeadamente pelas Piscinas, que são uma mais valia para as crianças, o Pavilhão de Martim Longo e a Escola Básica e Integrada de Martim Longo por serem um bom investimento para o concelho, sendo estes investimentos da responsabilidade da Câmara e de outras entidades. -----

----- O Vogal Sr. Anselmo Vicente, da Bancada do PSD, usou da palavra para mencionar que o Vogal Sr. Idalécio Jacob, ao utilizar a palavra pobreza, quis passar a ideia para o público de que fomos visitados pela pobreza do concelho e não pelos exemplos que o executivo tem dado na luta contra o alcoolismo e contra a saúde. Continuou mencionado que nunca teve medo de assumir as suas posições e que as grandes obras do concelho não tiveram parecer favorável por parte do PS quando apresentadas na Assembleia Municipal.-----

----- Seguidamente, o Presidente da Assembleia deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para esclarecer as questões levantadas. -----

----- Este começou por corroborar o referido pelo Vogal Sr. Abílio da Encarnação, para estarmos atentos ao encerramento do SAP em Alcoutim. Em relação ao Vogal Sr. Vítor Teixeira mencionou que concorda com o que referiu sobre os Inter-Vivos e GDA, que o troço Alcoutim/Mértola do IC 27 vai ser lançado no 3.º trimestre do corrente ano, que achou interessante o desafio lançado ao termos mais uma estrada digna que ligue o concelho à Auto-Estrada (A2). Continuou, referindo que a Sua Excelência o Presidente da República visitou o concelho de Alcoutim não por ser pobre, mais sim pelas iniciativas positivas que têm sido desenvolvidas nas áreas da toxicodependência e alcoolismo, acrescentando que Alcoutim é o concelho com maior cobertura no combate ao alcoolismo e que é de inteira justiça a leitura

que o Vogal Sr. Idalécio Jacob fez relativamente à Feira de Artesanato. Frisou igualmente, que os Rally's servem para promover o concelho e que as máquinas da Câmara Municipal no dia a seguir à prova arranjam os caminhos agrícolas. Quanto ao transporte, da Feira de S. Pedro mencionou que a Autarquia não recebeu nenhum pedido de transporte por parte da Junta de Freguesia de Vaqueiros, como é hábito todos os anos. -----

----- De seguida, o Sr. Presidente da Mesa entrou de imediato no período da ordem do dia. -----

----- **PONTO UM – Informação escrita do Sr. Presidente da Câmara sobre a actividade e situação financeira do Município:**

Neste ponto, o Sr. Presidente da Câmara leu a sua intervenção, a qual se encontra arquivada em pasta anexa à presente acta, cujo texto foi previamente distribuído aos Senhores Vogais. -----

----- **PONTO DOIS - Desafecção de Parcela de Terreno do Domínio Público para alienação Alcoutim/Requerente: Célia Maria Teixeira Viegas:**

Foi presente um pedido de desafecção de terreno do domínio público para alienação de terreno para complemento do lougradouro de uma habitação, sito em Alcoutim, com a área de 85 m², confrontando do Norte com Célia Maria Teixeira Viegas, Sul com a Câmara Municipal de Alcoutim, Nascente com Rua do Cemitério e Poente com a Câmara Municipal de Alcoutim, o presente pedido está documentado com a informação da Divisão de Planeamento e Projectos e os pareceres favoráveis do Instituto Português do Património Arquitectónico (IPPAR) e da Junta de Freguesia de Alcoutim, bem como solicitar à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, autorização para a desafecção do domínio público da parcela de terreno em apreço, com vista à

posterior alienação à requerente. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, autorizar a referida desafecção do domínio público. -----

----- **PONTO TRÊS – Desafecção de Terreno do Domínio Público para Alienação Alcoutim/Requerente: José Gomes:**

Foi presente um pedido de desafecção de terreno do domínio público para alienação de terreno, junto à sua habitação, sito em Alcoutim, com a área de 30,30 m2, confrontando do Norte com José Gomes, Sul com Estrada Municipal n.º 507, Nascente e Poente com Terreno Camarário, bem como solicitar à Assembleia Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, autorização para a desafecção do domínio público da parcela de terreno em apreço, com vista à posterior alienação ao requerente. -----

----- Posto o assunto à discussão, o Presidente da Assembleia usou da palavra para mencionar que o processo não menciona o fim a que se destina a desafecção, pedindo esclarecimentos ao Sr. Presidente da Câmara sobre o assunto, uma vez que o pedido de alienação de bens do domínio público deve ser bem fundamentado e de carácter excepcional, dado que os bens do domínio público são importantes. -----

----- O Vogal Sr. Fernando Faustino, como Presidente de Junta de Freguesia de Alcoutim, da Bancada do PSD, interveio para esclarecer que o terreno se situa no antigo bairro Pré-fabricado, num espaço com cerca de 1m a 1,5m existente entre o bairro e o talude da estrada, que se encontra desocupado. Continuou referindo que o requerente pretende tomar posse dessa pequena faixa, de modo a que possa limpar e tratar, uma vez que fica em frente da porta da sua habitação. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção do Presidente da Assembleia Abílio Pires, como representante da CDU, autorizar a referida desafecção do domínio público. -----

----- **PONTO QUATRO – Minuta da Escritura de Compra e Venda de Infra-Estruturas do Município de Alcoutim à Águas do Algarve, S.A:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido que seja aprovada a minuta de compra e venda de infra-estruturas de saneamento básico a integrar no Sistema Multimunicipal de Saneamento do Algarve, bem como submeter a referida minuta à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea i) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18/09, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com cinco abstenções dos Vogais Srs. José Moreira, Idalécio Jacob, Maria Custódia André, João Rodrigues, da bancada do PS e Abílio Pires, da bancada da CDU, aprovar a referida proposta. -----

----- **PONTO CINCO – Alteração ao Regulamento da Actividade Publicitária:** Foi presente uma proposta do Senhor Presidente da Câmara, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, no sentido que sejam aprovadas as seguintes alterações ao Regulamento da Actividade Publicitária: -----

Art.º 14

(...)

1.....

a)

- b)
 - c)
 - d)
2.
- a) *Duas fotografias, a cores, com sinalização do local pretendido;*
 - b) *Duas plantas de localização do meio de suporte à escala 1.000, com indicação do local pretendido;*
 - c) *Esboço gráfico do meio de suporte a utilizar, em duplicado, com indicação das respectivas dimensões;*
 - d)
3. *Quando se trate de licenciamento de publicidade em terrenos propriedade das Estradas de Portugal, devem ainda ser juntos ao requerimento, de acordo com o disposto no artigo 5.º da Portaria 114/71, de 1 de Março, os seguintes documentos: -----*
- a) *Alçado e Corte; -----*
 - b) *Perfil Transversal colocado relativamente ao eixo da Estrada e sua implantação em muro ou edifício, se for caso disso. -----*
4. *Deve igualmente ser junto com o requerimento, documento comprovativo de que o requerente é proprietário, possuidor, locatário ou titular de outros direitos, sobre os bens afectos ao domínio privado, onde se pretende afixar ou inscrever a mesma mensagem publicitária. -----*
5. *Se o requerente não for proprietário ou possuidor, deve juntar autorização do respectivo proprietário ou possuidor, bem como documento que prove essa qualidade. -----*
6. *O pedido será indeferido se, passados 20 dias após notificação para o efeito, não forem juntos os elementos ou documentos a que se referem os números anteriores. -----*

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção da Vogal Sr^a. Ana Cavaco Teixeira, da bancada do PS, aprovar a referida proposta. -----

----- **PONTO SEIS – Portelas do Guadiana, Lda – Projecto Turístico:** Foi presente um ofício remetido pela Portelas do Guadiana – Sociedade Turística de Alcoutim, Lda, que tem em vista a declaração de utilidade pública municipal do referido projecto. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os investimentos que estão previstos para este empreendimento, bem como o seu interesse e repercussões na economia local e regional e referiu que o mesmo se encontra em preparação para candidatura ao Sistema de Reconhecimento e Acompanhamento de Projectos de Potencial Interesse Nacional (PIN), pelo que se torna essencial que seja declarada a utilidade pública municipal, bem como submeter à Assembleia Municipal, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) o n.º 3 do artigo 53.º da Lei 169/99, de 18/09, com a redacção que lhe foi dada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro. -----

----- O Vogal Sr. Paulo Pina, da bancada do PSD, usou da palavra para referir que são bem-vindos todos os projectos que possam modificar a situação de desertificação e de empobrecimento do concelho de Alcoutim. Continuou mencionando, que existe no concelho um projecto elaborado há bastantes anos, e que infelizmente ainda não está concluído. Finalizou afirmando, que estes 250 ha do projecto em epígrafe, serão um grande passo para a valorização e desenvolvimento do concelho. -----

----- O Presidente da Assembleia, usou da palavra, para corroborar o referido pelo Vogal Sr. Paulo Pina, nomeadamente sobre a importância dos investimentos do projecto para o desenvolvimento do concelho, desde que sejam respeitados todos os pareceres das entidades competentes. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por unanimidade, a utilidade pública municipal do projecto. -----

----- **PONTO SETE – Resolução Política – XXIII Estados-Gerais dos Municípios e Regiões da Europa:** Foi presente a Resolução Política aprovada na XXIII Assembleia Geral do Conselho dos Municípios e Regiões da Europa, em Innsbruck, nos dias 10 a 12 de Maio, para conhecimento, debate e eventual aprovação por este órgão. O Presidente da Mesa, usou da palavra para referir que esta resolução reflecte questões muito importantes para a dinâmica dos municípios e das regiões administrativas, tendo em conta a futura Constituição Europeia. Que é importante a análise deste documento, nomeadamente os princípios que se prendem com os municípios, e o que os mesmos vão querer a nível de administração local, as decisões que são tomadas na Europa pelo Conselho Europeu e Comissão. Mencionou igualmente, que foi discutida e aprovada a “Carta Europeia para a igualdade das mulheres e homens na vida local”, e que será posteriormente apresentada na Assembleia Municipal, quando se encontrar traduzida, uma vez que se encontra em francês. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com uma abstenção do Vogal Sr. João Pedro Rodrigues, da bancada do PS, aprovar a referida resolução. -----

----- **PONTO OITO – Assuntos Diversos:** -----

----- **Proposta de Moção “LEI DAS FINANÇAS LOCAIS”:** Foi presente uma proposta de moção, apresentada pela bancada da CDU, a qual se dá por transcrita para todos os efeitos legais e fica arquivada em pasta anexa à presente acta, desta fazendo parte integrante, referente ao assunto em epígrafe. -----

----- Posto o assunto à discussão, o Presidente da Assembleia, usou da palavra para referir que a moção que foi distribuída é referente à Lei das Finanças Locais, que se encontra em discussão e na ordem do dia a nível nacional, e que a mesma vai ter consequências a nível dos Municípios. Continuou referindo que os municípios mais pequenos vão ter problemas a nível de financiamento, mas que é de opinião que a Lei de gestão das Autarquias deve ser revista, uma vez que as leis não são eternas. -----

----- O Vogal Sr. Abílio da Encarnação, da Bancada do PSD, interveio para mencionar que se devem defender os interesses do concelho, uma vez que o seu desenvolvimento depende muito das transferências do Estado. Continuou a sua intervenção, alertando que não deve existir problemas em ser político e dizer que não se concorda com a posição do Governo, pois não se pode deixar que futuramente encerrem o SAP, e que o concelho de Alcoutim receba menos verbas. -

----- A 2.^a Secretária, Sr.^a. Paula Teixeira, da Bancada do PSD, usou da palavra para referir que é da competência da Assembleia da República a aprovação da referida Lei, contudo as populações que elegeram os seus representantes na Assembleia da República deverão sempre tomar uma posição de concordância ou de discordância relativamente às ideias dos elementos do Governo sobre a forma de gestão financeira ou administrativa do país. Continuou, referindo, que a nível central as razões económicas são a base para toda a política desenvolvida, e que as Autarquias Locais têm capacidades cada vez mais restritas de actuação. Finalizou referindo que vota a favor do conteúdo da moção apresentada, que é uma tomada de posição contra a política do Governo. -----

----- O Vogal Sr. Idalécio Jacob, da Bancada do PS, usou da palavra para mencionar que concorda com alguns considerandos abordados, e que enquanto cidadãos os membros da Assembleia devem ser os primeiros a exigir àqueles que governam a melhor gestão, a nível dos recursos que lhe são adstritos. Referiu que existem algumas reservas, nomeadamente a possibilidade de não haver nenhum limite à capacidade de endividamento das Autarquias, já que não é o primeiro executivo que paga o endividamento, mas sim outro executivo no futuro. -----

----- Posto o assunto à votação, a Assembleia Municipal deliberou por maioria, com sete abstenções, dos Vogais Srs. Maria Custódia André, Idalécio Jacob, José António Moreira, Humberto Costa, José Francisco Manuel, Daniel Neves e Ana Cavaco Teixeira, da Bancada do PS, aprovar a referida moção. -----

----- O Presidente da Mesa deu a palavra ao público, para algum esclarecimento adicional, tendo intervindo o Sr. Fernando Custódio, residente em Martim Longo, para referir que não concorda com a coima que lhe foi aplicada pela Câmara Municipal de Alcoutim, referente ao depósito de veículos em fim de vida sem licenciamento. --

----- O Sr. José Martins, residente em Corte Serranos, usou da palavra para mencionar que se encontra disponível, enquanto arquitecto, para contribuir para o desenvolvimento do concelho de Alcoutim. -----

----- Nada mais havendo a tratar o Sr. Presidente da Mesa deu a sessão por encerrada, por volta das vinte horas e trinta minutos, mandando lavrar a presente acta, que depois de lida vai ser assinada nos termos da Lei. -----

O Presidente

O Secretário